

## Ata 371 – Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e seis, reunido na sala 907 do Colégio João XXIII, o Conselho Deliberante para tratar da seguinte pauta: dados da Escola, apresentação do balanço 2005 e votação do parecer do Conselho Fiscal, Regimento Interno e assuntos gerais. O Sr. Afonso Sperb, Presidente, abriu a reunião ordinária, com a leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação. Com a palavra Sr<sup>a</sup> Anelori, Diretora Geral, que apresentou os dados gerais da escola, comparação dos números de alunos 2005 e 2006, comentou sobre as melhorias feitas no período de férias e do desempenho no vestibular dos alunos do Colégio João XXIII. Logo após o Sr. Frederico Ritter, Diretor Financeiro, apresentou pesquisa com motivos de afastamento dos alunos cancelados 2005/2006. Em seguida, Sr<sup>a</sup> Fátima Eschberger, Gerente – Administrativa/Financeira fez apresentação do Balanço 2005, sendo este complementado pelo auditor Sr. Déo Luis da Silva e pelo Conselho Fiscal da Fundação Educacional. Após o esclarecimento de algumas dúvidas, Sr. Afonso propôs a votação do parecer do Conselho Fiscal, que foi pela aprovação das contas relativas ao exercício de 2005. Realizada a votação, as contas relativas ao exercício de 2005 foram aprovadas, por unanimidade, conforme o parecer. Dando prosseguimento a reunião, o Sr. Afonso, apresentou aos Conselheiros uma minuta de Regimento Interno e sugeriu que até dia 17 de abril sejam apresentadas sugestões, por escrito, para que o documento comece a ser discutido na próxima Reunião do Conselho Deliberante. A proposta foi aceita pelos Conselheiros. O Sr. Afonso comunicou que foi marcada com pais novos na escola, reunião para esclarecer o papel dos Conselheiros, da Diretoria da Fundação e do funcionamento da Fundação. Reunião que está marcada para 04 de abril de 2006 e que estará aberta aos demais pais da escola. Em seguida o Sr. Afonso leu o cronograma das Eleições para Maio 2006, elaborado pela Comissão Eleitoral e distribuído aos Conselheiros. O Conselheiro Sr. João Irassu Ramos pediu a palavra parabenizando a escola e os professores pelo excelente desempenho de nossos alunos no vestibular de 2005/2006 e solicitou que o Conselho aprovasse menção de louvor aos professores, fazendo constar em ata este ato e que lhes seja dada ciência dessa decisão. A sugestão foi aprovada. Nada mais tendo a tratar foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e seis o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII, para tratar da seguinte pauta: Regimento Interno, Diretor de Patrimônio e Assuntos Gerais. O Sr. Afonso Sperb, Presidente, iniciou a reunião pedindo para que o assunto Diretor de Patrimônio fosse tratado em primeiro lugar, o que foi aceito pelos participantes da presente reunião. Dando continuidade, o Sr. Afonso comentou o pedido de afastamento do cargo de Diretora de Patrimônio, feito pela Conselheira Sr<sup>a</sup> Karen Feldman, e apresentou o Sr. Enio Vivian como candidato ao cargo. O Sr. Ivan Lazzarotto, Diretor Jurídico, pediu licença para fazer uma referência em agradecimento ao trabalho da Sr<sup>a</sup> Karen Feldman, que foi muito bom, e enaltecer sua enorme dedicação, pois, enquanto todos estavam em férias, nos meses de janeiro e fevereiro, ela esteve presente na Escola. Ressaltou seu exemplo e agradeceu-lhe publicamente. Logo após, o Sr. Enio Vivian fez uma breve apresentação de seu histórico e passou a palavra ao Sr. Afonso, que encaminhou o nome do candidato para a votação. Realizada a votação, o nome do Sr. Enio Vivian foi aprovado por unanimidade para o cargo de Diretor de Patrimônio. Continuando, o Sr. Afonso passou para o assunto Regimento Interno, comentando que, em reunião de Diretoria, foi discutida a hipótese de iniciar a discussão do Regimento após a posse dos novos Conselheiros e que, hoje, poderiam debater quatro assuntos que têm sido objeto de debate na Escola. São eles: Líder de Turma, Comissões Permanentes, Diretor Conselheiro e Conselheiro Bolsista. O Sr. Ivan, tomando a palavra, esclareceu que a discussão desses pontos possibilitaria que eles pudessem ser colocados com maior clareza num próximo momento, para aprovação ou não junto aos novos Conselheiros. Após longo debate, Sr. Afonso encaminhou a proposta de prorrogar a discussão do Regimento Interno para maio/2006, após a posse dos novos Conselheiros. A proposta foi aprovada com oito votos a favor, sete votos contrários e uma abstenção. O Presidente do Conselho prosseguiu com a segunda parte da votação, encaminhando a proposta de discussão dos quatro principais itens já comentados. Desse debate resultaria uma proposta de redação a ser feita na minuta de regimento a ser entregue aos novos Conselheiros. Realizada a votação, a proposta foi aprovada com onze votos a favor, três votos contrários e duas abstenções. O Sr. Afonso iniciou a discussão do primeiro item, Líder de Turma, abrindo o debate entre os Conselheiros. Realizado o debate sobre essa questão, o Presidente encaminhou a proposta da criação da figura do líder de turma para votação. O Conselho decidiu por 13 votos contra, 2 votos a favor e um voto de abstenção, indicar a retirada do texto da minuta de regimento dos artigos que se referem ao líder de turma. O segundo item, Diretor Conselheiro, foi explicado pelo Sr. Ivan Lazzarotto. Após breve debate, o Conselho decidiu, por consenso, encaminhar a sugestão de redação já existente no Regimento Interno. Dando continuidade, o Sr. Afonso, fez comentários sobre o terceiro item Conselheiro Bolsista, e, após longo debate, seguiu-se a votação, com 8 votos a favor e 5 votos contra foi aprovada a sugestão de estipular um percentual de participação para pais bolsistas como Conselheiros, devendo a Comissão do Regimento elaborar uma sugestão de redação prevendo o percentual de participação. O último item, Comissões Permanentes, foi apresentado pelo Sr. Afonso. Após serem esclarecidas todas as dúvidas, o Conselho aprovou, por sete votos a favor, cinco votos contrários e quatro abstenções, manter a proposta das Comissões Permanentes no Regimento Interno. Passando aos Assuntos Gerais da pauta, o Sr. Afonso citou

o primeiro item, Regularização, passando a palavra para Fátima, Gerente Administrativa que explicou como estava o processo de regularização do imóvel onde está assentada a Escola e os valores orçados. Em seguida foi exibido e comentado por Anelori, Diretora do Instituto, o encarte comercial que circulou na Zero Hora. Também foi noticiado que a Escola foi objeto de matéria jornalística do programa Globo Repórter. Por fim, o Sr. Daniel falou sobre a necessidade de discutirmos a criação de Fundo de Investimentos para a Escola, não tendo havido discussão ou votação sobre esse tema em razão do adiantado da hora. Nada mais havendo para ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Ivan Lazzarotto  
Diretor Jurídico  
OAB – 24.874

Elizane Costa  
Secretária

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: Posse dos novos Conselheiros, Eleição do Conselho Fiscal, Apresentação e votação do Orçamento 2006 e Assuntos Gerais. O Sr. Bláir D'Ávila, Vice-Presidente, iniciou a reunião com a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por todos. Dando continuidade, apresentou os Conselheiros eleitos em 2006, dando-lhes posse nos respectivos cargos, parabenizando-os e salientou a importância da participação de cada um (anexo Ata da Comissão Eleitoral e lista dos Conselheiros Eleitos – Gestão 2006/2008). O Conselheiro Sr. Daniel Jaskowiak pediu a palavra para reiterar a importância da participação efetiva de cada Conselheiro para que se possa dar continuidade ao contexto de democracia existente na Escola. Aproveitou para parabenizar as Conselheiras Sr<sup>a</sup> Heloisa Marsiaj e Sr<sup>a</sup> Liana Galant pelo trabalho feito neste ano na Comissão Eleitoral. A Conselheira Sr<sup>a</sup> Heloisa salientou que, até o ano passado, o programa eleitoral era terceirizado e que, neste, foi possível desenvolver um programa próprio dentro da Escola João XXIII. Elogiou o trabalho do profissional de informática da escola, Régis Araújo, que foi de grande importância para a Eleição. Realizada a posse dos Conselheiros eleitos, o Sr. Bláir passa a palavra ao Sr. Afonso, que falou aos novos Conselheiros sobre o número de faltas que o Estatuto admite, ou seja, no máximo 3 faltas consecutivas ou 5 faltas alternadas dentro do mandato de dois anos, mesmo que justificadas, sendo enviada correspondência de destituição àqueles conselheiros que atingirem esse número de faltas. Desejou boas vindas e boa sorte aos novos membros do Conselho e apresentou a Diretoria Executiva da Fundação. Após, seguiu-se o momento da foto de Posse, com todos os Conselheiros presentes e a Diretoria Executiva. O Sr. Afonso, retomando a reunião, passou ao terceiro item de pauta, Eleição do Conselho Fiscal. Leu as funções do Conselho, conforme artigo 24 e 25 do Estatuto, e avaliou que seria bom que alguns dos membros da comissão tivessem conhecimento técnico para análise de documentos contábeis. O Sr. Afonso abriu espaço para que os interessados pudessem se candidatar. Candidataram-se e foram eleitos por unanimidade, os seguintes Conselheiros: Felipe Ritter, José Godofredo Almeida e Elói Dall'Agnol, como titulares, e Cássio Carvalho, Carlos de Jesus e Rosane Rocha como suplentes. O Sr. Bláir aproveitou a oportunidade para reforçar a importância do Conselho Fiscal, acompanhando o trabalho da Diretoria, e sugeriu uma participação mais próxima para este novo Conselho eleito. Na seqüência, o Sr. Afonso passou ao próximo item da pauta - Apresentação e Votação do Orçamento 2006 - e pediu ao Sr. Frederico Ritter, Diretor Administrativo e Financeiro, e a Sr<sup>a</sup> Fátima Eschberger, Gerente Administrativa e Financeira, que apresentassem o Orçamento do 2º semestre de 2006. O Sr. Frederico iniciou sua explanação comentando sobre a análise positiva do 1º quadrimestre de 2006; a inadimplência controlada; a saída sem reposição de dois funcionários; a reorganização provisória do pedagógico para suprir a saída da Supervisora Pedagógica, Sr<sup>a</sup> Liana de Souza e a contratação de uma Orientadora Educacional para a Infantil, hoje com 114 alunos. Atualmente, a Escola possui 791 alunos, com 109 matrículas novas. O Sr. Frederico abriu espaço para perguntas, quando foi citado o assunto Filantropia. O Sr. Afonso explicou que, para a Fundação ser considerada filantrópica e isenta do pagamento de tributos, é necessário que aplique 20% da receita bruta nesse fim. Destinamos 10% a 11% a bolsas integrais para alunos carentes, e o restante do percentual a projetos sociais, como Inclusão Digital, Minizão, Biblioteca, Creche Boa Esperança e Secom. O Sr. Bláir complementou, comunicando que o consultor que nos assessora nessa questão desconhece ou conhece poucas escolas que forneçam bolsa integral. No último ano, não só foram melhorados os critérios de seleção, mas também houve uma revisão de bolsistas. Após a visita da assistente social da Escola, três famílias perderam a condição por não se encaixarem nas exigências. O Sr. Afonso acrescentou que o critério de exigência de renda usado é o mesmo que o governo usa para conceder bolsas pelo programa FIES. A assistente social, em sua visita, analisa não só a renda, como também o ambiente familiar. Todos os passos dos processos ficam arquivados no Instituto, estando à disposição da comunidade. Complementando, a Sr<sup>a</sup> Fátima tomou a palavra e comunicou que um dos primeiros itens solicitados pela empresa que auditou o Colégio João XXIII, Levi Auditoria S/A foi a documentação dos processos de

concessão de bolsas. Esses processos foram elogiados, pois nunca haviam auditado nenhum colégio com critérios tão claros de seleção. Isso os levou a pedir cópia do processo de seleção para arquivar como modelo. A Sr. Fátima finalizou comentando que esse foi um fato muito positivo para a Escola. O Conselheiro, Sr. Cássio Carvalho, sugeriu uma divulgação para todos os pais da Escola, no Informativo Escolar, sobre o parecer dessa auditoria, para que se façam conhecer os dados. Acrescentou a idéia de que cada pai adotasse um aluno bolsista. A Conselheira, Sr<sup>a</sup> Maria da Glória Corrêa, sugeriu que seja organizada uma feira com os livros que os alunos pagantes não usem mais, a fim de que os alunos carentes possam usufruí-los. A Diretora, Sr<sup>a</sup> Anelore Lange, comentou que, no ano passado, havia sido cogitada a idéia da feira, mas que não foi possível realizá-la. Este ano a feira já está programada. A Conselheira, Sr<sup>a</sup> Bárbara Bins Ely, sugeriu um Conselho ou Comissão de Filantropia. O Sr. Afonso explicou que administrativamente é complicado, pois não se pode transferir a responsabilidade da Filantropia para uma Comissão. O Sr. Bláir complementou, falando do risco de perder o Certificado de Filantropia, e a Fundação ter como obrigação o pagamento dos tributos, além de arcar com os custos das bolsas já concedidas aos alunos carentes. O Sr. Afonso, retomando a palavra, comentou que, na 1<sup>a</sup> Minuta do Regimento Interno, constava uma Comissão de Filantropia e que foi sugerida por ele mesmo a retirada dessa comissão devido ao seu grau de importância. Considera que administrativamente, a Diretoria é quem deve ter essa responsabilidade e se preocupar com esta questão, que é muito séria. A Conselheira, Sr<sup>a</sup> Bárbara, voltou a sugerir, então, uma Comissão Social. O Conselheiro, Sr. Mauro Glashester, salientou que a Comissão Social poderia ser criada, desde que distinta da Filantropia da Escola. O Sr. Afonso, finalizou comentando que nada impede de se criarem outras alternativas para a questão social e pediu para que voltassem ao ponto Orçamento, abrindo espaço para os comentários. O Conselheiro, Sr. Júlio Wilasco, salientou a importância da aprovação do Orçamento não o esquecendo ao longo do período, pois as decisões sobre os futuros investimentos partem do conhecimento de um orçamento suficiente ou não. Encerradas as intervenções, o Sr. Afonso encaminhou a votação do Orçamento 2006, que foi aprovado por unanimidade. No item, Assuntos Gerais, foi abordado a proposta de Regimento Interno. Esclareceu que na pasta entregue aos Conselheiros existe uma minuta com a última proposta do Regimento. Pediu aos Conselheiros que lessem o documento e sugeriu que, até o dia vinte de junho, fossem entregues as sugestões para discussão na próxima reunião ordinária do Conselho Deliberante. Os demais membros do Conselho concordaram com a data. Nada mais havendo para ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: aprovação da ata número 373, valor da matrícula para o ano letivo de 2007, proposta de alteração do Estatuto da Fundação, cujo texto com redação atual dos artigos e propostas de alteração seguiu junto com a convocação desta assembléia, prédio da infantil, Regimento Interno, Calendário e Assuntos Gerais. Quando da leitura da ata, os Conselheiros questionaram a necessidade dessa leitura, tendo em vista que todos haviam recebido o documento via e-mail. O Presidente perguntou se todos haviam recebido e lido a ata, bem como se não tinham qualquer alteração para sugerir. Os Conselheiros presentes confirmaram o recebimento e a leitura. Não houve qualquer sugestão ou pedido de retificação do texto da ata. ***Assim, consultado, o Conselho dispensou a leitura da ata na assembléia e aprovou-a sem qualquer alteração.*** O Sr. Afonso, dando continuidade à reunião, passou para o segundo item de pauta: valor de matrícula para o ano de 2007. A Diretoria Executiva propôs manter o mesmo valor do ano anterior, que é de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), o qual pode ser dividido em três parcelas iguais, nos meses de agosto, setembro e outubro deste ano. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Fundação iniciou explicação do terceiro item de pauta: proposta de alteração do Estatuto da Fundação. O Sr. Afonso falou da necessidade de se alterar o Estatuto, especialmente no que respeita a composição da Diretoria Executiva da Fundação, em que consta o cargo de Diretor de Educação e a obrigatoriedade desse cargo ser ocupado pela Diretora Geral do Instituto João XXIII. Tendo em vista essa necessidade, a Diretoria da Fundação entende que podemos aproveitar a oportunidade e alterar outros dois artigos. Explicou que hoje estariam votando uma proposta de redação a ser encaminhada ao Ministério Público e que, havendo o retorno do Ministério Público com a concordância ao texto enviado, será convocada Assembléia quando será, finalmente, votada a alteração definitiva do texto. As alterações propostas são relativas ao artigo 10, letra "d", que se refere ao número de faltas dos Conselheiros; ao artigo 15, Letra "f", que se estabelece o cargo de Diretor de Educação; ao parágrafo único do Artigo 16, que menciona a Direção de Educação, que será exercida pelo Diretor Geral do Instituto João XXIII, e ao Artigo 17, inciso XI, que diz respeito à competência da Diretoria Executiva em firmar convênios, acordos e contratos. O Conselheiro Daniel Jaskowiak manifestou insegurança, principalmente quanto à alteração na composição da Diretoria Executiva cujo assunto já fora discutido há quatro anos atrás e modificado. Sr. Afonso, tomando a palavra, relatou que o Sr. Euclides Machado, profissional que faz parte do Conselho do CNAS e que nos assessora sobre os assuntos filantrópicos, chamou a atenção para o fato de a Diretora Geral, que é empregada da Fundação e remunerada, fazer parte do corpo da Diretoria Executiva da Fundação. O problema está na proibição de os membros da Diretoria serem remunerados ou receberem qualquer tipo de subsídio para o exercício desses cargos, e que no fato de a Diretora Geral da Escola, que recebe salário nessa condição, ocupar cargo na direção executiva da Fundação, o que vem causando confusão e risco quanto à manutenção do reconhecimento de nossa filantropia. Salientou que seria necessário mudar a redação ou excluir o cargo da Diretoria Executiva. O Conselheiro Sr. Mauro Glashester perguntou o porquê da alteração ter acontecido há 4 anos atrás. O Conselheiro Sr. Júlio Wilasco explicou que a preocupação principal, na época, era a

de inserir o Diretor do Instituto como Diretor de Educação, pois este último era exercido por um pai escolhido como os demais Diretores. Disso resultava, por vezes, falta de sintonia entre a Diretoria da Fundação e a Direção do Instituto. O Sr. Júlio também explicou que, quando dessa resolução, foram consultadas duas empresas de consultoria que não apontaram problemas em a Diretora da Escola ocupar, por determinação estatutária, o cargo de Diretor de Educação na Fundação. O Sr. Júlio concorda com a proposta de redação apresentada, porém acredita que é importante deixar claro o porquê da participação do Diretor do Instituto e o papel que exerce dentro da Diretoria da Fundação. O Conselheiro Sr. Mauro Glashester comentou a implicação financeira e a interpretação de a Diretoria de Educação ser remunerada e, ao mesmo tempo, integrar a Diretoria Executiva da Fundação, e que essa interpretação caberia ao CNAS. O Conselheiro Sr. Daniel Jaskowiak questionou o pagamento de horas extras para o Diretor de Educação. O Sr. Afonso, com a palavra, explicou que a essência da natureza da mudança realizada há quatro anos, que foi garantir a participação da Diretoria do Instituto na Diretoria Executiva da Fundação, não está sendo mudada. O Sr. Afonso acredita que assim deixamos de correr riscos desnecessários principalmente em relação à filantropia. A Sr<sup>a</sup> Anelori Lange, Diretora Geral do Instituto, explicou que não recebe hora extra, existindo, em função do acordo entre sindicatos, banco de horas. O tempo que participa das reuniões da diretoria da Fundação faz parte da sua carga horária. O Sr. Afonso retomando a ordem de pauta, questionou o encaminhamento da redação da letra "d" do artigo 10. Tendo em vista o debate gerado, **alguns conselheiros sugeriram que fosse votada a realização ou não da discussão desse ponto de pauta nesta reunião. Realizada a votação, o Conselho aprovou, por 20 votos a favor e 1 contra, discutir hoje os pontos citados para alteração.** Dando continuidade, encaminhou a **votação para alteração ou não do Artigo 10. Realizada a votação, o Conselho aprovou, com 18 votos a favor, a alteração do referido artigo. Votação foi interrompida por breve discussão e, ao ser retomada, o Sr. Afonso questionou o Conselho sobre a necessidade de repetir a votação, o que os Conselheiros presentes entenderam desnecessário.** Passou-se ao primeiro item a ser discutido: a sugestão de redação da Letra "d" do Artigo 10, faltas dos conselheiros. Após debate, em que foram apresentadas propostas de redação diversas da que foi elaborada pela Diretoria, foi **encaminhada a votação da manutenção do texto atual. O acréscimo de um adendo levou à aprovação do texto definitivo: "Quando faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco reuniões ordinárias alternadas, mesmo com justificativa, o Titular perderá seu mandato. No caso do comparecimento do Conselheiro Suplente, não será contada a falta do Conselheiro Titular".** Procedida a votação, foram apurados 21 votos a favor do novo texto e 1 contra. Foi sugerida a exclusão do artigo 15, letra "f", em conjunto com o artigo 16, parágrafo único, já debatidos em momento anterior. Foi realizada a votação e aprovada, por 25 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção, a exclusão da letra "f" do Artigo 15 e o texto proposto pela Diretoria Executiva do Artigo 16, que diz: "O Diretor Geral do Instituto Educacional João XXIII deverá participar de todas as reuniões da Diretoria Executiva da Fundação". Quanto à proposta de alteração do Artigo 17, inciso XI, após breve debate, foi sugerida a inclusão da palavra "prévia", antes da palavra "aprovação" e da expressão "cujo valor total..." depois de "obrigação". Colocada em votação, a seguinte redação foi aprovada por unanimidade: "Firmar convênios, acordos e contratos, de qualquer natureza, obtendo prévia aprovação do Conselho Deliberante nas hipóteses em que os objetos

**desses instrumentos impliquem gravame sobre o patrimônio da Escola, ou não sejam afins aos objetivos da Fundação, ou, ainda, criem obrigação, cujo valor total, para a Fundação, ultrapasse o valor de dez por cento do faturamento mensal com as mensalidades escolares”.** O Sr. Afonso, no seguimento da reunião, passou ao item de pauta Prédio da Infantil. Iniciou comentando a necessidade de se construir o prédio da Infantil e providenciar o fundo de obras, aprovado no ano passado e que está sendo recolhido para esse fim. Conforme verificação do Sr. Enio Vivian, Diretor de Patrimônio, fazem-se necessárias reformas no prédio atual, que custarão caro em função da necessidade de se trabalhar, também, na estrutura do prédio. Mais além, o Sr. Enio consultou os órgãos responsáveis SMOV/SMED, e foi comunicado que não pode existir prédio de madeira em escolas. Iniciando a obra agora, eliminamos qualquer problema na área estrutural do prédio e evitamos futuros acidentes, além de termos um prédio novo para apresentar aos alunos e pais novos que estarão chegando. O Sr. Afonso passou a palavra para o Sr. Enio a fim de apresentar e explicar o Plano Diretor e as obras do prédio. O Sr. Enio iniciou comentando a importância da segurança. Após, apresentou argumentos sobre o porquê de o prédio continuar no mesmo local: além da questão da tradição e do fácil acesso que traz comodidade aos pais que entram com seus filhos pela área Infantil, também o aproveitamento do pátio já existente seriam os fatores responsáveis por essa decisão. Quanto a transferências das crianças durante as obras, foi montada uma estratégia para que elas sintam o menos possível a mudança. A Sr<sup>a</sup> Anelori Lange, Diretora Geral, explicou que estaremos liberando o prédio do Setor Administrativo e que as crianças usarão essas salas enquanto durar a obra, concentrando as crianças no pátio da Infantil. A entrada da obra seria independente, isolada do restante da Escola. A Sr<sup>a</sup> Anelori comentou o entusiasmo das professoras da Infantil quanto à iniciação da obra. O Sr. Enio também apresentou uma idéia de melhor aproveitamento da área e de como pode ficar o prédio novo da Infantil. O Sr. Afonso explanou sobre o valor estimado da obra e de onde podem ser tirados os recursos para se chegar a esses valores. Também comentou sobre doações e arrecadação com pais de ex-alunos. Sr. Bláir D’Avila, Vice – Presidente da Fundação, salientou a importância de viabilizar valores dentro da própria comunidade escolar, deixando como última hipótese o recurso de empréstimo bancário, sugerindo que se estabeleça um valor de contribuição por família, a ser cobrado durante os próximos meses. O Sr. Afonso novamente com a palavra, salientou que, para o início da obra, a Fundação possui recursos disponíveis e que poderíamos discutir e votar formas de arrecadação na próxima reunião ordinária do Conselho, dia 11/07/06, mas que precisávamos votar a realização da obra. **Realizada a votação, o Conselho aprovou, por unanimidade, a proposta de início da reconstrução do prédio da Infantil já no mês de julho.** O Conselheiro Álvaro Osório solicitou que se contrate um perito, atestando em que condições se encontram a estrutura dos prédios da Infantil, de modo a fundamentar, documentalmente, a necessidade de reconstrução. Proposta essa que foi aprovada sem debate. O ponto de pauta relativo ao Regimento Interno ficou transferido para a próxima reunião. Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária



Aos onze dias do mês de julho de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: Leitura e aprovação da Ata 374, Prédio Infantil: Captação de Recursos para a Obra, Proposta da Criação e Composição do Comitê de Escolha do Projeto do Novo Prédio e Regimento Interno: Definição de Calendário e Sistemática de Trabalho. O Sr. Afonso Sperb abriu a reunião perguntando se todos haviam lido a Ata 374 da última reunião. Acrescentou que o Conselheiro Sr. Álvaro Osório teria sugerido uma alteração referente à contratação do perito para fazer o laudo pericial. Estando a Ata diferente da que foi enviada por e-mail, o Sr. Afonso encaminhou a proposta de sua leitura, o que todos aprovaram. O Sr. Afonso passou a palavra à Secretária da Fundação Srt<sup>a</sup> Elizane Costa para que procedesse à leitura. Após a aprovação da Ata o Sr. Afonso citou o ponto de pauta Prédio da Infantil: Captação de Recursos para obra e passou a palavra ao Sr. Frederico Ritter, Diretor Financeiro, que explicou as Fontes de Recursos para a Obra. Logo após, o Sr. Frederico abriu espaço para responder perguntas. O Conselheiro Sr. Mauro Glashester comentou a existência de organismos internacionais, em se tratando de fundação, que trabalham com verbas destinadas para doações a fundo perdido. O Sr. Frederico respondeu que não estava ciente disso e que a dificuldade seria um nome de contato e como proceder. Aproveitando, comunicou que será instituída uma Comissão de Obras que poderá buscar esses recursos. O Conselheiro Sr. Michel Aveline sugeriu anteciparmos as mensalidades do ano de 2006 para evitarmos o financiamento. O Sr. Frederico achou a proposta interessante e salientou que, para os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) iniciais da obra, não há tempo, porém para os R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em final de agosto ou setembro deste não, haverá tempo. Se não for possível arrecadar o montante com a antecipação de receita, trabalharemos com outras hipóteses. O Sr. Afonso, tomando a palavra, comentou a importância de focar primeiramente o Prédio 01 da Infantil e, num outro momento, o Prédio 02, evitando a discussão de um vultoso financiamento. Salientou que hoje o Sr. Frederico explicou a situação financeira da Escola e, mais além, falou da necessidade de se pensar em maneiras de arrecadar verba. Foi sugerido que essas idéias fiquem a cargo da Comissão de Obras, que traria soluções para o Conselho. Sr. Afonso comentou a visão geral fornecida pelo Sr. Frederico no custo de um empréstimo bancário, e a proposta do BRDE, que está sendo estudada, entre outras. O Conselheiro Sr. Mauro Glashester sugeriu que fosse encaminhada a proposta de votação dos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e, com a nomeação da Comissão de Obras, discutir em agosto e setembro outros valores, já com um estudo mais adequado à necessidade de verba. O Conselheiro Sr. Paulo Novossat complementou que a própria Comissão de Obras poderá avaliar o projeto e levantar custo de mão-de-obra e material, chegando próximo ao valor já mencionado. Só então devemos nos preocupar com a necessidade de uma nova votação. **Após breve debate, o Sr. Afonso encaminhou a proposta da autorização do Conselho Deliberante para que a Diretoria Executiva possa contratar empréstimo no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme necessidade da obra. Concluída a votação, a proposta foi aprovada por 25 votos a favor e 1 abstenção.** O Sr. Afonso, dando continuidade à reunião, sugeriu o próximo ponto de pauta: Formação da Comissão de Obra e Comitê de Escolha do Projeto, e passou a palavra ao Sr. Ênio Vivian, Diretor de Patrimônio, a fim de que este explicasse o porquê da necessidade tanto do Comitê quanto da Comissão. O Sr. Ênio explicou que o Comitê do Anteprojeto será criado para a escolha do anteprojeto e posterior indicação ao Conselho, pois, quando se fala de obra com valores elevados, quanto mais transparente for o processo, melhor. Por outro lado, os Conselheiros e a comunidade em geral têm muitas idéias de como melhorar a captação de recursos, onde buscar dinheiro, patrocínios e outros incentivos. Então, a Direção sugeriu que se crie uma Comissão de Obras, cujos membros sejam do Conselho, para que possa representá-lo num grupo menor, definindo propostas de mão-de-obra, de material, etc. O Sr. Ênio perguntou quais dos Conselheiros poderiam **se candidatar a membros da Comissão de Obras.** Manifestaram-se **o Sr. Daniel D. Jaskowiak, a Sr<sup>a</sup> Rita M. Gazzo, o Sr. Michel Aveline, o Sr. Paulo Novossat, o Sr. Carlos A. Boeira de Jesus e o Sr. Álvaro**

**Osório.** Não havendo nenhuma manifestação contrária, esses Conselheiros constituirão a Comissão de Obras. A seguir, foi sugerida a criação do Comitê, com o objetivo de receber e avaliar as propostas de anteprojetos, **que deverá ser formado por cinco integrantes voluntários, dentre eles a Sr<sup>a</sup> Márcia Valiati, Coordenadora da Educação Infantil, a Sr<sup>a</sup> Anelori Lange, Diretora Geral e um arquiteto e professor da Uniritter. Assim faltariam mais dois integrantes. Então, foram citados os nomes da Sr<sup>a</sup> Clarissa Aguiar, arquiteta, e do Sr. Álvaro Osório, engenheiro, para definir a escolha do anteprojeto.** O Sr. Afonso, tomando posse da palavra, salientou que o Sr. Ênio não participará como integrante do Comitê, porém estará junto, organizando e auxiliando no trabalho. O Comitê escolherá e apresentará ao Conselho o anteprojeto. **Os membros da Comissão de Obras e do Comitê de Escolha do Anteprojeto foram aprovados por aclamação pelos Conselheiros presentes.** O Sr. Afonso, continuando a reunião, citou o último item de pauta. Devido ao horário já ultrapassado, propôs uma reunião extraordinária do Conselho Deliberante para o dia 08/08/2006, tendo como pauta o último item que seria discutido hoje: Regimento Interno – Definição de Calendário e Sistemática de Trabalho, o que foi aprovado por todos. Nada mais havendo para ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

## ATA 376 – Reunião Extraordinária

No primeiro dia do mês de agosto de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Prédio 9 do Colégio João XXIII, para tratar dos seguintes assuntos de Pauta: Apresentação e Ratificação do Anteprojeto escolhido para o Prédio da Infantil e Autorização para a Diretoria encaminhar empréstimo junto ao BRDE ou BNDES (anexa à convocação foi enviada proposta do escritório que atua na elaboração e encaminhamento desses projetos, com valor estimado do recurso que podemos captar). O Sr. Afonso Sperb, Presidente do Conselho Deliberante, iniciou comunicando que não haverá leitura da Ata do último Deliberante devido ao fato de esta reunião ser extraordinária. Continuou, citando o primeiro tópico de pauta: **Apresentação e Ratificação do Anteprojeto escolhido para o Prédio da Infantil**. Explicou ainda que, conforme acordado na última reunião, o Comitê, então eleito, iria receber os anteprojetos, analisá-los e indicar um ao Conselho Deliberante a fim de propor a sua aprovação final. Comentou a apresentação do mesmo e ressaltou a presença da Sr<sup>a</sup> Karen Feldman, responsável pelo projeto indicado, para maiores informações. O Sr. Afonso passou a palavra a Sr<sup>a</sup> Anelori Lange, Diretora Geral, que lembrou os componentes do Comitê: a Sr<sup>a</sup> Clarissa Aguiar, arquiteta, a Sr<sup>a</sup> Márcia Valiatti, Coordenadora da Infantil, a própria Sr<sup>a</sup> Anelori, O Sr. Álvaro Osório, engenheiro e Conselheiro da Escola e o Sr. Edison Zanckin Alice, arquiteto e professor da Uniritter e da UFRGS, que se propôs a estar hoje conosco, mas não conseguiu chegar. A Sr<sup>a</sup> Anelori teceu agradecimentos, devido ao trabalho árduo, aos integrantes do Comitê, e também ao Sr. Ênio Vivian, Diretor de Patrimônio, a Sr<sup>a</sup> Hildair Camera, Orientadora da Infantil e a Sr<sup>a</sup> Fátima Eschberger, Gerente Administrativo-Financeira, que não faziam parte do Comitê, mas participaram de todas as reuniões como ouvintes, disponibilizando boa parte de seu tempo nessa ação. Iniciando a apresentação, a Sr<sup>a</sup> Anelori apresentou flashes da demolição do prédio, e o Conselho pôde constatar o estado em que se encontravam as paredes, vigas de madeira, piso e outros materiais que compunham a edificação. O Sr. Ênio Vivian, de posse da palavra, ressaltou a realidade do antigo prédio e comunicou que todos os projetos apresentados, de forma geral, foram de ótima qualidade. Entretanto, alguns estavam mais adequados às necessidades da Escola. O Sr. Ênio passou a palavra a Sr<sup>a</sup> Clarissa Aguiar, que, após breve apresentação, listou os passos seguidos pelo Comitê para divulgação, recebimento, apresentação, análise e indicação do projeto final. Dos seis anteprojetos apresentados, dois foram selecionados. Para a escolha de um deles, foi levada em conta a solução de construção prática e simples, o potencial de adequação do que foi pedido, além do custo total e do custo de manutenção. O Sr. Álvaro Osório testemunhou sua gratificação em ter participado e sua ciência do grau de responsabilidade na escolha. Lamentou o não comparecimento do Sr. Edison Zanckin Alice, arquiteto da Ritter, que faria o relatório dos enfoques na abordagem dos anteprojetos. Aberto o espaço para perguntas, o Conselheiro Sr. Mauro Glashester perguntou quais os parâmetros objetivos que foram usados para a escolha do projeto. O Sr. Ênio, respondendo à pergunta, falou da criação do programa de necessidades, fluxograma, zoneamento, formas (identificação com o resto da Escola), paisagismo,

leitura do projeto pelo usuário interno (visão das crianças), acessibilidade, entre outros. O Sr. Ênio comentou as particularidades de alguns dos anteprojetos apresentados. Comunicou que, sendo o Comitê conhecedor profundo do anteprojeto, poderá continuar auxiliando na adequação do projeto final. O Sr. Ênio fez questão de ressaltar a participação efetiva do Sr. Edison e solicitou à arquiteta Sr<sup>a</sup> Karen Feldman que iniciasse a apresentação de seu anteprojeto. Ao longo da apresentação, as dúvidas dos Conselheiros foram sendo esclarecidas. O Sr. Afonso de posse da palavra direcionou agradecimentos ao Comitê do Projeto, à Comissão de Obras, que já está se reunindo, e ao empenho da Sr<sup>a</sup> Karen Feldman. **O Sr. Afonso encaminhou a proposta de votação e ratificação do anteprojeto, que foi aprovado por vinte votos a favor e duas abstenções.** Chegando ao segundo item de pauta: Autorização para viabilizar empréstimo junto ao BNDES e BRDE, o Conselheiro Sr. João Batista Aguiar questionou o porquê de terceirizar a busca de empréstimo. O Conselheiro Sr. José Godofredo Martins de Almeida salientou que esses terceirizados possuem conhecimento dos procedimentos. O Sr. Ivan Lazzarotto, Diretor Jurídico, complementou que a Diretoria Executiva não tem especialização nessa área, o que demandaria um tempo maior para a finalização do processo. Abriu-se um debate em relação ao valor a ser buscado. Não se tendo chegado a uma decisão, foi acordada pelo Conselho a convocação de uma nova Reunião Extraordinária, no dia 15 de agosto para discussão de formas de captação de recursos e pagamento das obras da Etapa Infantil. Tendo em vista a reunião marcada para o dia 15/08/06, o Sr. Afonso sugeriu o cancelamento da reunião extraordinária, marcada para 08/08/06, quando se discutiria o Regimento. A proposta foi aprovada pelos presentes, sem discussão. Nada mais havendo para ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

## ATA 377 – Reunião Extraordinária

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Prédio nove do Colégio João XXIII, para tratar do seguinte assunto de Pauta: Formas de Captação de Recursos e Pagamento das Obras da Etapa Infantil. O Sr. Afonso Sperb, Presidente do Conselho, iniciou a reunião passando a palavra ao Sr. Frederico Ritter, Diretor Financeiro, para apresentação das possíveis fontes de recursos para as obras de modernização da Fundação Educacional João XXIII. Logo após, seguiu-se espaço de debate. O Sr. Eduardo Friedrich, Conselheiro, perguntou se o projeto irá prever mais salas de aula, proporcionando mais vagas. O Sr. Ênio Vivian, Diretor de Patrimônio, respondeu à questão comunicando que no projeto completo há mais salas, apesar de existir um espaço/tempo ocioso pela manhã, que pode ser incrementado. O Sr. Ivan Lazarotto, Diretor Jurídico, complementou que, além dessa questão técnica, estamos com todo um trabalho sendo feito junto à empresa de marketing. O Sr. Felipe Ritter questionou sobre os intermediadores. Qual o melhor? O Sr. Afonso, respondendo à pergunta, comentou que através de um pai de nossa Escola (Ex-Diretor do BRDE) foi agendada uma reunião com a empresa para uma conversa preliminar, quando se verificará o que é necessário fazer. Se for verificado que, efetivamente, o processo é complicado pelo tempo que se tem que despendar em cima disso, devido à estrutura necessária para encaminhar o pedido, então buscaremos alguém que nos ajude. Caso contrário, tentaremos viabilizá-lo. O Sr. Felipe perguntou como proceder com o pedido do empréstimo, estando a Escola no CADIN? O Sr. Frederico comunicou que podemos apresentar uma certidão positiva com efeito negativo, que é aceita pelo BNDES ou pelo BRDE, e que o banco questiona, principalmente, se a empresa tem como honrar os pagamentos. O Sr. Ivan salientou que temos uma grande vantagem, que é o histórico de não termos dívidas. A Conselheira Sr<sup>a</sup> Margareth Lins Rossal comentou o foco dado na Infantil em relação à obra e questionou as demais reivindicações dos alunos das outras séries. O Sr. Afonso esclareceu que, devido à necessidade urgente das reformas que deram início ao processo de reconstrução dos prédios da Infantil, foi necessário concentrar toda a atenção e os recursos financeiros naquela etapa. O Sr. Ênio complementou que a questão segurança foi prioridade, sem termos opções de pensar em outras melhorias. Porém, afirmou que há uma lista de necessidades a serem contempladas, que não foram esquecidas e que deverão ser contempladas conforme a capacidade da Fundação. Mas que, realmente, estamos reunidos aqui pela questão de prioridade em segurança. O Conselheiro Sr. Michel Aveline salientou que também é uma condição estratégica cuidar da Infantil, pois a captação de alunos é maior, servindo de porta de entrada para muitos alunos que acabam por se formar aqui conosco. O Sr. Afonso encaminhou a proposta de autorização do Conselho para gestionar o empréstimo de 500.000,00 (quinhentos mil reais) ao BRDE, para execução de todo o projeto da Infantil. A Sr<sup>a</sup> Rita Gazzo, Conselheira, pediu a palavra antes da votação e expôs seu pensamento de que, independente de financiamento para captação de recursos, precisamos pensar em ações que envolvam a comunidade João XXIII. A Sr<sup>a</sup> Rita não sabe se conseguiremos um valor tão alto assim, porém podemos pensar nisso. Questionou o valor, que antes era R\$ 200.000,00 e que agora é de R\$ 500.000,00, o que é muito dinheiro, e qual é a comunidade diretamente envolvida nisso. Se quisermos desenvolver uma ação para envolver todos os pais da Escola, ficará difícil alcançar os pais das demais Etapas para colaborar. Portanto, acredita ser necessário ter algo mais estratégico que envolva o coletivo da Escola. Talvez fazer a primeira etapa da Infantil e algo mais em relação a outra etapa, como, por exemplo, a Biblioteca. O Sr. Ênio, de posse da palavra, reafirmou o que já havia falado e comentou que os prédios da Infantil enfeiam o conjunto do patrimônio da Escola e que certamente a Escola como um todo estará tendo um ganho. O Sr. Mauro complementou que o financiamento é fornecido sobre um projeto e não se pode pedir um financiamento para um projeto, e acabar fazendo outra coisa. **Encerrado o debate, o Sr. Afonso encaminhou a**

**proposta de autorização do Conselho para encaminhar o empréstimo de até 500.000,00 (quinhentos mil reais) ao BRDE para todo o projeto da Infantil, o que foi aprovado por unanimidade.** Continuando, o Sr. Afonso informou que estava dando início à Campanha de doações e comunicou que cada membro da Diretoria estava doando a devolução de matrícula que teria direito a receber no ano de 2007. Por último, o Sr. Afonso lembrou da Festa de Aniversário da Escola, que acontecerá no dia 26/08, às 21h, no Music Hall. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e seis, o Conselho Deliberante reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: Leitura e aprovação das Atas 375 – Reunião Ordinária, 376 e 377 – Reuniões Extraordinárias, Regimento Interno – Definição da Sistemática de Trabalho e Início dos Debates, Eleição da Comissão Eleitoral e Obras da Infantil – Informações. O Sr. Afonso Sperb abriu a reunião perguntando se todos haviam lido as Atas 375, 376 e 377 enviadas por e-mail. Alguns conselheiros, não tendo lido as atas enviadas, solicitaram a leitura das mesmas, o que todos aprovaram. O Sr. Afonso Sperb passou a palavra ao Sr. Bláir D'Avila, Vice – Presidente, que iniciou a leitura da Ata 375 da última Reunião Ordinária. Ao término da leitura, o Sr. Bláir perguntou se o Conselho teria alguma sugestão de alteração. Não havendo manifestações, perguntou se iríamos votar ata por ata. Seguiu-se então breve debate sobre a necessidade de leitura das atas no início de cada reunião. Alguns conselheiros acreditam na necessidade da leitura, e outros acreditam que ela deve ser dispensada pelo fato de já ter sido enviada por e-mail. O Sr. Blair encaminhou para votação a proposta de não ler as duas atas que faltavam, votando apenas a sua aprovação e deixando para uma próxima reunião a discussão de como proceder com as futuras atas. Esse encaminhamento foi aprovado por aclamação. O Sr. Blair cogitou a hipótese de apenas colocar em ata as deliberações finais, o que também será discutido numa próxima reunião. Sr. Blair encaminhou a votação das atas 376 e 377, que foram aprovadas por 22 votos a favor e 1 abstenção. O Sr. Afonso, tomando a palavra, perguntou ao Conselho se aprovara a ata 375. Não havendo manifestação contrária, foi considerada aprovada a ata 375 por unanimidade. Quanto à discussão do segundo item da pauta, o Sr. Afonso propôs o tempo de 1 hora para discussão da proposta de regimento. Ao fim desse tempo, independente do artigo em que nos encontrarmos, encerrar-se-á a discussão. Propôs também a leitura e a discussão somente dos artigos que sofreram alguma proposta de alteração. Sugeriu ainda o tempo de três minutos para quem quiser manifestar seu ponto de vista. A proposta foi aprovada pelo Conselho sem manifestação contrária. O Sr. Afonso iniciou a leitura dos primeiros artigos do Regimento Interno. Na seção 1 – Exposição de Motivos, as alterações dos dois primeiros parágrafos foram aprovadas por aclamação, ficando com as seguintes redações: Primeiro Parágrafo: **"A dinâmica administrativa da Fundação Educacional João XXIII apresenta o caráter democrático e participativo da Comunidade, o que se consolida através da possibilidade de os pais ou responsáveis cujas crianças e jovens estejam matriculados no Instituto Educacional participarem da administração dessa Fundação, sendo eleitos para o Conselho Deliberante, bem como, independentemente dessa condição, através do direito à manifestação durante as reuniões do Conselho, ainda que sem poder de voto"** segundo Parágrafo: **"Para a elaboração do presente Regimento, parte-se da premissa de que a Fundação já possui um Estatuto no qual se encontram as regras básicas de sua personalidade jurídica, de sua filosofia e dos valores que norteiam as atividades comunitárias e pedagógicas, bem como a estrutura organizacional e as regras a serem observadas quanto à administração e à dinâmica funcional da Instituição"**. Dando continuidade, o parágrafo seguinte, que cita as atribuições do Conselho Deliberante, foi aprovado, também por aclamação, como segue em sua forma original: **"Nesse contexto, a existência do presente Regimento é fundamentada no quanto estipula o próprio Estatuto em seu Artigo 13, como sendo atribuições do Conselho Deliberante:"**- VIII - Estabelecer seu próprio regime de trabalho e funcionamento; - IX - Fixar normas de ação e fazer recomendações para melhor e integral cumprimento dos fins superiores da Fundação." O último parágrafo dessa sessão teve sua sugestão aprovada por aclamação pelo Conselho, ficando da seguinte forma: **"O Regimento da Fundação Educacional João XXIII apresenta, portanto, caráter complementar e regulamentador ao Estatuto da Instituição, bem como a função de instituir outros procedimentos que se façam necessários, de modo a viabilizar o cumprimento das regras estipuladas no Estatuto da Fundação, o que se faz nos termos das seguintes disposições:"** Passando à Sessão 2 do Regimento, Capítulo I, que trata - Das Disposições Preliminares, o Sr. Afonso procedeu à leitura da sugestão de alteração do 1º artigo, que diz: **"Nos termos do Artigo 13, incisos VIII e IX do Estatuto da Fundação Educacional João XXIII, o Conselho Deliberante institui o presente instrumento normativo denominado "REGIMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", consubstanciado nas disposições que seguem"**, o que foi aprovado por aclamação. Ao 3º artigo do mesmo capítulo foram apresentadas três sugestões de redação, sendo aprovada a

terceira, por 15 votos a favor e 5 contra, como segue: **"Poderão ser constituídas comissões para dinamizar a atuação do Conselho Deliberante, bem como prestar apoio às Diretorias da Fundação e do Instituto, nas atividades que necessitem apoio nas respectivas áreas, conforme o Capítulo IV deste Regimento"**. No Capítulo II – Do Conselho Deliberante, a alteração de redação do artigo 5º foi aprovada por aclamação, como segue: **"O Conselho Deliberante, através do voto independente de cada um de seus membros, possui a função de órgão normatizador, autorizador e fiscalizador dos atos das Diretorias da Fundação Educacional João XXIII e do Instituto Educacional João XXIII"**. Ao artigo 6º, foram apresentadas três sugestões de redação. A segunda foi aprovada por unanimidade, com a seguinte redação: **"Os membros do Conselho Deliberante, ao serem eleitos e empossados, assumem o compromisso de exercer as suas atribuições de acordo com as normas elencadas no Estatuto e no presente Regimento da Fundação Educacional João XXIII, estando suas prerrogativas de ente resolutivo e normatizador vinculadas aos objetivos fundamentais de assegurar a viabilidade administrativa desta Fundação e a manutenção das atividades do Instituto Educacional João XXIII."** Quando da discussão da proposta original de redação do Parágrafo Único do Artigo 6º, iniciou o debate sobre a participação de pais bolsistas no Conselho. Após manifestação dos Conselheiros, o Sr. Afonso encaminhou a proposta de haver ou não limitação à participação de pais bolsistas no Conselho Deliberante. Realizada a votação, o Conselho resolveu, por 13 votos a 7, que não haverá limitação à participação dos pais bolsistas para eleição ao cargo de Conselheiro. A partir dessa decisão, foi votado o parágrafo único do artigo 6º, tendo como redação aprovada por aclamação a que segue: **"Apenas o pai, a mãe ou o responsável legal do aluno poderá tomar posse e exercer a função de membro do Conselho Deliberativo. O aluno ao qual o membro do Conselho está vinculado deverá estar regularmente matriculado e freqüentando o Instituto Educacional João XXIII para que o membro do Conselho tome posse ou exerça sua função"**. Esgotado o tempo combinado para debate do Regimento Interno, o Sr. Afonso comunicou que, na próxima ordinária, será discutido o artigo 7 e os demais, e passou ao terceiro ponto de pauta: Eleição da Comissão Eleitoral. O Conselheiro Sr. Daniel Jaskowiak, membro da Comissão Eleitoral, ressaltou o bom andamento do processo eleitoral e a importância de novas pessoas participarem. A Conselheira Sra. Liana Galant, como coordenadora da Comissão, fez breve relato dos procedimentos necessários para a realização das eleições e, logo após, citou seu próprio nome, o nome da Conselheira Heloisa Marsiaj e o do Sr. Daniel Jaskowiak para reeleição. O Sr. Afonso, de posse da palavra, abriu espaço para que os demais Conselheiros se candidatassem, oportunidade em que as Conselheiras Sra. Ana Paula Franchetto e Sra. Lisandre Faccioli apresentaram seus nomes para compor a Comissão. Não havendo qualquer objeção dos demais membros do Conselho, foram consideradas eleitas por aclamação. Após a eleição, a Sra. Ana C. Buarque Alves manifestou seu desejo de também participar da Comissão. Não havendo impedimento estatutário ou regimental, tampouco manifestação contrária de qualquer Conselheiro, a Sra. Ana Alves também foi considerada eleita membro da Comissão Eleitoral. O Sr. Afonso ressaltou os nomes dos membros da Comissão Eleitoral Daniel Jaskowiak, Liana Galant, Heloisa Marsiaj, Ana Paula Franchetto, Lisandre Faccioli e Ana Buarque Alves e, considerando-os empossados, parabenizou-os. Prosseguiu, sugerindo como primeira tarefa da Comissão Eleitoral a participação nas reuniões de turmas, tendo como enfoque a participação dos pais nas eleições. O Sr. Afonso solicitará junto à Diretoria de Educação o calendário de reuniões das turmas. Passando ao último ponto de pauta Obras da Infantil, o Sr. Afonso informou que, na semana corrente, estará sendo enviado ao BRDE o encaminhamento de empréstimo. A empreiteira já está definida, e ainda nesta semana proceder-se-á ao restante da demolição e ao início das obras. Informou que até meados de setembro abriremos mais algumas campanhas de doações, além da aberta na última reunião (doações de reserva de vaga para 2007). Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária



Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e seis, o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: **Leitura e aprovação da Ata 378; Sistemática de Aprovação das Atas; Discussão e Votação de Autorização para Oferecer em Garantia ao Empréstimo BRDE/BNDES o Imóvel da Fundação; Regimento Interno.** O Presidente da Fundação Sr. Afonso Sperb iniciou a reunião lendo a ata da última reunião, que foi aprovada por aclamação. O Sr. Afonso citou o segundo ponto de pauta: Sistemática de Aprovação das Atas. Após discussão foram apresentadas três propostas de encaminhamento. A primeira, sugerindo que a ata fosse enviada por e-mail, dispensada a leitura em assembléia, recebeu três votos. A segunda proposta sugeriu que fosse realizada a leitura da ata em assembléia, dispensado seu envio via e-mail. A segunda proposta não recebeu votos. Por fim, **foi aprovada proposta, com 15 votos a favor, determinando que se manterá o envio das atas por e-mail e suas leituras em reunião, salvo se o Conselho dispensar a leitura da ata no início de cada reunião.** Passando ao terceiro ponto de pauta, Discussão e Votação de autorização para oferecer em garantia ao empréstimo BRDE/BNDES o imóvel da Fundação, o Sr. Afonso explicou que, em caso da necessidade de hipoteca, o Estatuto determina a autorização do Conselho para que a Diretoria possa formalizar o oferecimento do imóvel ou de parte dele em garantia real, no caso, a hipoteca. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Afonso ressaltou o pedido de financiamento feito ao BRDE para o qual nos encontramos na fase de enquadramento. Informou que, no caso positivo de enquadramento passaremos à fase de análise, quando então algumas formalidades e documentos serão exigidos, dentre os quais uma garantia de empréstimo. O Conselheiro Sr. Michel Aveline questionou para qual valor de empréstimo serviria essa garantia. O Sr. Afonso respondeu servir como garantia para os R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) já autorizados pelo Conselho Deliberante a ser pedido junto ao BNDES/BRDE. **O Sr. Afonso encaminhou a proposta de Autorização para Oferecer em Garantia ao Empréstimo BRDE/BNDES o Imóvel da Fundação, a proposta foi aprovada pelo Conselho por 19 votos a favor e 2 contra.** Sr. Afonso, continuando a reunião, passou ao último item de pauta: Regimento Interno. **Logo após a leitura e a análise do artigo 8º e dos seguintes, referente à Ouvidoria, o Conselho definiu, por consenso, que esse papel poderia ser atribuído ao Conselheiro de turma.** Seguindo a reunião, o Sr. Afonso **encaminhou a proposta de suprimir todos os artigos que digam respeito à Ouvidoria e do Ouvidor no Regimento Interno. Passa a ser obrigação do Conselheiro, dentro de suas atribuições, agir como ouvidor dentro de sua turma. Esse encaminhamento foi aprovado por aclamação.** O Conselheiro Sr. Eduardo Friedrich propôs que a atribuição de ouvidor entre as funções do Conselheiro seja incluída através de um parágrafo segundo no artigo 6º do Regimento e também se propôs a redigir o texto e apresentá-lo na próxima assembléia. Passando para o próximo artigo a ser analisado, **Artigo 14º, inciso IV**, o Sr. Afonso procedeu à leitura do inciso, sua proposta de alteração e justificativa. Os Conselheiros presentes diante da discussão quanto ao quorum necessário para que se possa proceder às deliberações, definiram continuar na próxima reunião do Conselho a partir desse ponto. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e seis, o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: **Leitura e aprovação da Ata 379; Regimento Interno; Obras: Campanha, Informes, BRDE; Matrículas e Rematrículas.** O Presidente da Fundação Sr. Afonso Sperb iniciou a reunião lendo a ata de número 379 do último encontro, que foi aprovada por aclamação. O Sr. Afonso citou o segundo ponto de pauta: Regimento Interno e estabeleceu o prazo de uma hora para discussão dos artigos constantes no texto. Relembrou a discussão relativa ao quorum que ocorreu na última reunião e as propostas que foram levantadas. Após breve debate foram apresentados dois encaminhamentos. O primeiro, que recebeu 8 votos, considerou não haver necessidade de quorum mínimo. **O segundo, que foi aprovado por 14 votos, considerou necessário um quorum mínimo para instalação da assembléia.** Houve uma abstenção. Estabelecida a necessidade de quorum, foi discutido o número mínimo de conselheiros necessários para instalar a assembléia. Após debates, foram apresentadas duas propostas: **a primeira, aprovada por 15 votos, propôs a presença de 1/3 (um terço) do total do número de Conselheiros para a instalação da assembléia.** A segunda proposta, que recebeu 6 votos, estabeleceu a necessidade de 50% (cinquenta por cento) do total do número de Conselheiros para a instalação da assembléia. Registrada uma abstenção. Após leitura e discussão do inciso IV do 14º Artigo, sugestão de redação e justificativa, alguns Conselheiros acreditaram ser desnecessário o inciso IV. **Foi encaminhada a proposta de exclusão do inciso IV do 14º Artigo, houve aprovação por unanimidade.** Seguindo, foi realizada a leitura do parágrafo único do mesmo artigo e a sugestão de alteração. **Após breve debate, foi aprovado por 19 votos a favor, 1 voto contra e uma abstenção o texto original, que diz: “Parágrafo único: Após trinta minutos de debate sobre um mesmo assunto, o Presidente da Fundação deve consultar os Conselheiros sobre estarem esclarecidos e aptos a decidir, ou se permanece a discussão por tempo determinado.”** À sugestão de alteração do caput do 15º artigo, vinculada a alteração proposta no parágrafo único do artigo anterior não aconteceu. Assim, foi desnecessária a votação de alteração no caput do 15º artigo. O parágrafo único do referido artigo, depois de lido juntamente com as sugestões de redação e justificativas, **foi votado e aprovado por aclamação, mantendo-se a redação original como segue: “Parágrafo Único: As votações se darão preferencialmente por voto de contraste, podendo ainda serem adotados os votos nominal e secreto, de acordo com a complexidade ou sigilo exigido pelo tema a ser tratado.”** Seguindo, o Sr. Afonso leu o título do capítulo IV - DA DIRETORIA e sua sugestão de troca para “Do Instituto Educacional João XXIII”. Após consultar a plenária sobre o título que deveria ter e **não havendo nenhuma manifestação contrária, o Capítulo IV – DA DIRETORIA, permanece em sua forma original.** O Sr. Afonso seguiu com a leitura do 16º Artigo e da observação constante no texto. **Após breve debate, o Artigo 16º foi aprovado por aclamação com a seguinte redação: “Artigo 16º: A Diretoria da Fundação será eleita, na forma prevista no Estatuto, no mês de novembro em assembléia extraordinária exclusiva para tal fim, devendo ser convocada para a mesma data da reunião ordinária naquele mês”.** Passando ao próximo artigo, o Sr. Afonso comentou a observação feita no texto de alteração do Regimento Interno, no Artigo 22º, inciso III, que diz: “Inciso III – contrato de locação, quando a atividade a ser prestada pelo locatário tenha como beneficiário direto o aluno do Instituto;” e observação: “(Obs: Da forma como está posto, o texto pode dar margem a várias interpretações, o que não nos parece prudente).” O Sr. Afonso exemplificou citando alguns contratos que já temos com Recrear, Studio Z, Bayard, que possuem como beneficiário direto o aluno. Caso o contrato não tenha como beneficiário direto o aluno do Instituto, esse deverá ser levado ao Conselho Deliberante para votação. Tratando-se de observação, sem que houvesse qualquer sugestão no texto ou do Conselho, não foi feita discussão sobre esse artigo. Terminado o tempo de debate para o Regimento Interno, o Sr. Afonso citou o segundo ponto de pauta. **Obras: Campanha, Informes, BRDE.** Iniciou o ponto mostrando a página da Internet que foi construída para a campanha de arrecadação de doações para a obra da Etapa Infantil, em que se expõem o prédio antigo e o projeto permitindo o acompanhamento através de fotos das várias semanas do andamento da obra e das doações. Falou da importância da divulgação da página pelos Conselheiros junto aos pais da Escola. Em seguida, informou que no dia anterior os membros do Conselho Fiscal e o Diretor Financeiro Frederico Ritter reuniram-se para discutir

os custos da obra. Tendo sido verificado que houve gasto maior que o previsto inicialmente, bem como que o tamanho da construção está maior que o inicialmente aprovado, a Diretoria da Fundação foi solicitada a prestar esclarecimentos. A Sr<sup>a</sup> Fátima Eschberger, Gerente Administrativo-Financeira, de posse da palavra, respondeu à pergunta de um dos Conselheiros, explicando que a área, inicialmente estimada em 378m<sup>2</sup>, aumentou para 670m<sup>2</sup>. O Conselheiro Sr. Felipe Ritter comentou a reunião do Conselho Fiscal e logo em seguida a reunião com a Diretoria da Fundação a partir das quais já se tem boas idéias para reverter em parte o quadro existente. O Sr. Felipe Ritter salientou sua preocupação, em nome do Conselho Fiscal, com a decisão tomada pela plenária, que não foi respeitada. De fato, o que está sendo construído é maior do que o aprovado. O Diretor de Patrimônio Sr. Enio Vivian comentou que tudo o que está sendo feito foi aprovado em Conselho. O Sr. Afonso, de posse da palavra, salientou que, na aprovação do anteprojeto, constava uma área de 378m<sup>2</sup>, com um custo aproximado de R\$ 200.000,00. Após a aprovação, houve reuniões do corpo pedagógico com a arquiteta Sr<sup>a</sup> Karen e com o Sr. Ênio, nas quais foram apontadas outras necessidades, como uma sala nova, devido à procura de novos alunos, material, mezanino, etc. Esse material, orçado pelo arquiteto calculista, foi feito por um custo médio-alto. O Sr. Afonso observou que o problema é o fluxo de caixa e que haverá um estudo da situação e uma reunião já para amanhã pela manhã com a Comissão de Obras, a arquiteta Karen, o Sr. Enio e o arquiteto calculista contratado para orçar custos. A Comissão de Obras já fez uma previsão de equacionar o projeto que está sendo feito para chegarmos ao valor de custo estimado. O Sr. Enio Vivian explicou que a obra está sendo feita através de orçamentos exaustivos para conseguir um preço baixo nos produtos. Salientou que para essa metragem deve estar constando o mezanino, que foi um aproveitamento de espaço. Com base em reuniões com o corpo técnico as salas devem ter um tamanho "X", sendo aumentadas para constar no projeto executivo. Tomando a palavra, o Sr. Sérgio Felippetto, pai da Escola, complementou que um projeto de engenharia tem uma série de etapas e que começa apoiado por um programa de necessidades. A partir daí, tem-se um primeiro esboço do que será a obra e uma noção do orçamento. Desse esboço se faz o anteprojeto, que é detalhado, podendo ser diferente em metragem do inicial. O Sr. Bláir lembrou que o projeto aprovado na ata 376 foi aprovado expressamente como anteprojeto, e foi deixado claro que esse anteprojeto seria acabado. O Sr. Blair entende que, entre essa aprovação e hoje, o anteprojeto foi re-estudado no detalhe junto com a área técnica, e restou aprovar o projeto final, que é o que está sendo construído. O Sr. Bláir ressaltou sua preocupação no objetivo final de terminar a obra dentro do prazo. Acredita que agora o que devemos fazer é buscar aprovação da obra e cortar custos sob o ponto de vista de acabamento do prédio para a finalização da obra. Passando ao próximo item de pauta "Campanha", foram sugeridas várias ações para divulgação. O Sr. José Luis Timmers, pai de aluno, fez um exercício matemático para busca de recursos, comparando um financiamento com 1% ao mês com a carência de 2 anos e prazo de pagamento de 5 anos ao financiamento dos pais, oferecendo para a Escola a doação dos juros. A vantagem seria buscar recursos de forma mais barata do que via bancária. Deixou à disposição o exercício para quem queira verificar. O Sr. Afonso colocou o último tópico de pauta: **matrículas e rematrículas**, que ficou para a próxima reunião. Quanto aos assuntos gerais, o primeiro item, "incentivo a doações", sugerido pelo Sr. Felipe Ritter, já foi objeto de apreciação quando falamos sobre a obra. Um segundo item, a ser apresentado pelo Sr. Felippetto, não foi apreciado porque este entendeu que não havia mais necessidade de apresentá-lo. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e seis, o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: **esclarecimentos quanto ao projeto do prédio da Etapa Infantil, previsão de custos, custo projetado, medidas para redução de custo e readequação orçamentária, BRDE e doações.** O Sr. Afonso abriu a reunião passando a palavra ao Diretor de Patrimônio, Sr. Enio Vivian, que lembrou ter sido solicitado, na última reunião ordinária, que fossem mostradas as alterações no anteprojeto. Lembrou, também, que o anteprojeto veio e foi desenvolvido durante o tempo de preparação da obra e de projetos executivos. O Sr. Enio passou a palavra para que a arquiteta Sr<sup>a</sup> Karen Feldman procedesse à apresentação do anteprojeto. A Sr<sup>a</sup> Karen iniciou dizendo que explicaria inicialmente o anteprojeto e, posteriormente, as modificações e o projeto final. O anteprojeto propunha 4 salas de níveis: Multiidade, 3 salas de Maternal e uma sala de CBB, um atelier, uma sala de expressão corporal e porão. Além disso, previa o Joãozinho Legal num volume único, em separado. À proporção que o projeto foi sendo definido, ficou determinada a criação de mais uma sala de níveis para que a etapa Infantil pudesse crescer em números de alunos. Foi criada, então, mais uma sala de Níveis e uma de Maternal. Inicialmente o pavilhão teria 512m<sup>2</sup>, dos quais 316m<sup>2</sup> seriam ocupados pelo térreo e 388m<sup>2</sup> pelo mezanino. Na informação do anteprojeto não foi considerado o porão, pois a própria Sr<sup>a</sup> Karen não sabia se ele seria construído. Assim, inicialmente o projeto tinha 512.52m<sup>2</sup>, com porão, mezanino, todas as salas de aula e Classe-Bebê. Cada sala completa no projeto (térreo, mezanino e banheiro) possui 57.97m<sup>2</sup> que, multiplicados por cinco unidades, totalizam 289,85m<sup>2</sup>; acrescidos do porão (salas de inglês e música) com 82.71m<sup>2</sup> no total, e de circulação, um total de 123m<sup>2</sup> (térreo mais porão e escadas). A metragem total do prédio em construção, no projeto, chegou a 512.52m<sup>2</sup>. O projeto final definiu 5 salas de níveis, 4 de Maternal e 1 de Classe-Bebê, além do Joãozinho Legal. Configurou-se uma melhor forma aumentando o refeitório. As salas não mudaram de tamanho: apenas se reajustou o projeto para colocar a sexta sala. O projeto, então, está dividido em 4 prédios: o prédio 1, com previsão de imediata execução da primeira parte, agora deixando a segunda para um próximo momento; o prédio 2, que se propõe seja o Joãozinho Legal e a Classe-Bebê; o prédio 3, constituído de entrada, recepção, refeitório e pátio coberto; e o prédio 4, constituído pelo atelier e pela sala de expressão corporal. Construídos esses prédios e finalizado o projeto, a área totaliza 1.563m<sup>2</sup>. Foi acrescido 1 banheiro para o Maternal. As salas de inglês e música ganharam um banheiro cada, e a circulação aumentou pouco, o que resultou no tamanho de 664m<sup>2</sup> para o volume do prédio 1. A diferença do projeto inicial para o projeto final (664m<sup>2</sup> e 512.52m<sup>2</sup> = 151,48m<sup>2</sup>) é a seguinte: uma sala de aula a mais, ajustamento do porão, circulação, mezanino de duas salas e escada, totalizando uma diferença de 126,75m<sup>2</sup>. O restante - 24,73m<sup>2</sup> - significa ajustes do levantamento planialtimétrico. O porão resultou de um aproveitamento do terreno, evitando que as crianças saíam na chuva para fazer aula de música. A Conselheira Ana Felippetto questionou o porquê de não ter havido uma segunda reunião expondo todas essas mudanças. O Sr. Enio avaliou que realmente isso deveria ter sido feito, que faltou comunicação, pois tudo foi feito rapidamente devido ao caráter de urgência imposto pela situação precária do prédio antigo. O Sr. Felipe Ritter, em nome do Conselho Fiscal, manifestou-se salientando que o Conselho Deliberante havia aprovado limites financeiros e de metragens e que o CD deveria ter sido consultado antes de esses limites terem sido excedidos. Comunicou, ainda, que o Conselho Fiscal analisou os documentos da obra, como os custos, as despesas e os orçamentos. O Sr. Frederico Ritter comentou a importância de se ter detectada a tempo certo a necessidade de ajustes e agido de maneira rápida. O Conselheiro Sr. Felipe Ritter salientou que todas as informações requisitadas foram apresentadas de forma transparente, com tranquilidade. O anteprojeto não previa salas a mais, e se evoluiu nessas melhorias, que trarão receita para o Colégio. A Escola é pequena, tem um custo fixo alto e um orçamento apertado, o que gera uma preocupação constante. O Sr. Felipe comentou também o empréstimo já feito e o necessário ainda a fazer. Lembrou que, em fevereiro de 2007, chegaremos a um saldo negativo de R\$ 324.000,00. O Sr. Afonso apresentou o histórico da obra desde seu início. Após a apresentação, o Sr. Frederico comentou as perspectivas para 2007 e considerou que, caso não aconteça o empréstimo no BRDE, o ano de 2007 será de saldo em vermelho, mas que poderá ser gerido de forma separada, sem comprometer a qualidade da prestação de serviço. O Sr. Frederico sugeriu uma Comissão de Mobilização para pensar em ações ou discutir propostas sobre o rateio desse valor entre todos. O Sr. Frederico colocou que não houve o retorno esperado ao esforço empreendido para mobilizar a comunidade. Questionou se vale a

pena insistir em campanha de doações ou em alternativas mais concretas de buscar nos 800 alunos o valor necessário. Reforçou a criação da Comissão de Mobilização com pessoas que se reúnam em outros momentos e pensem em ações, mas também as operacionalizem, pois é exatamente disso que se está precisando. O Sr. Blair reforçou que os Conselheiros são Conselheiros da Fundação e que cabe à Fundação fornecer o dinheiro para a Escola funcionar. É necessário reforçar esse sentimento dentro do Conselho para viabilizar a Escola, que depende da Fundação para suprir as carências financeiras. Defende, então, que todas as despesas da Escola sejam de responsabilidade dos pais dos alunos que estudam na Escola. **O Sr. Afonso propôs o encaminhamento para autorizar a ampliação do prazo da obra para 11 de fevereiro de 2007, liberando o fluxo de caixa para março em diante. A proposta foi aprovada por 14 votos a favor e uma abstenção.** Passou-se ao último ponto de pauta: **BRDE e doações.** O Conselheiro Sr. Daniel Jaskowiak disponibilizou-se a participar da Comissão de Mobilização e lembrou a necessidade uma divulgação mais ostensiva. Também foi citado o nome da Conselheira Bárbara Ely. Disponibilizaram-se ainda os Conselheiros Eduardo Friedrich, Felipe Ritter, José Godofredo Almeida, Rosane Tessmann e Ana Cristina Alves. O Sr. José Godofredo expôs sua dificuldade de mobilizar o grupo de pais da turma de seu filho, visto que nem mesmo os Conselheiros estão participando. Mas mesmo assim fará parte da Comissão de Mobilização, pois considera que, se nem os Conselheiros comprarem a idéia e se mobilizarem na campanha, não haverá grande retorno. O Sr. Frederico Ritter falou sobre uma proposta de campanha de sorteio de mensalidades, sugerida pelo Conselheiro Daniel Jaskowiak. A cada 50 doações seria sorteada uma mensalidade dentre os pais doadores. A cada 100 (cem) doações o GEJ – Grêmio Estudantil do João XXIII receberia em dinheiro o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A cada 15 doações obtidas em uma única turma, uma mensalidade seria sorteada na turma. Comentou também uma alternativa, que constituiria uma chamada extra de R\$ 75,00, correspondente a não devolução de uma parcela de matrícula. O Sr. Afonso atualizou as informações do BRDE, informando que estamos encontrando dificuldades em aprovar o empréstimo devido à avaliação feita pelo engenheiro do próprio BRDE sobre o nosso imóvel, feita em cima da matrícula apenas, que é muito antiga, constando a área e cinco prédios de madeira. Portanto, chegou a um valor próximo ao que já está penhorado. A Diretoria está trabalhando junto ao BRDE para demonstrar que, mesmo com as penhoras, o valor do imóvel as supera em muito. Se for assim, o imóvel pode ser aceito como garantia da hipoteca, o que viabilizará o pedido de empréstimo naquela instituição. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e seis, o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: **Leitura e aprovação das Atas 380 e 381; Apresentação e votação do Orçamento para 2007; Regimento Interno – continuação da discussão; Apresentação do Calendário 2007.** O Presidente da Fundação, Sr. Afonso Sperb, iniciou a reunião lendo a ata de número 380 referente à reunião ordinária de outubro de 2006. Ao término, questionou o Conselho sobre a necessidade de acrescentar alguma observação. Não havendo manifestações, considerou a ata aprovada por aclamação. O Sr. Afonso iniciou a leitura da ata 381 da reunião extraordinária do dia 16 de novembro de 2006. No decorrer da leitura, os Conselheiros foram fazendo observações e sugerindo alterações. O Sr. Afonso, concluindo a leitura, comunicou que a ata sofrerá, em sua redação definitiva, as alterações solicitadas, sendo então enviada por e-mail e lida na próxima reunião. O Sr. Afonso passou para o próximo ponto de pauta: **Apresentação e votação do Orçamento para 2007.** O Sr. Felipe Ritter, com a palavra, comentou que, no dia anterior, o Conselho Fiscal se reunira para analisar a proposta do orçamento de 2007. O Conselho entendeu que não há dados suficientes no orçamento, em relação ao fluxo de caixa, para realizar a votação da peça nesta reunião. Entendem que deve haver uma proposta que espelhe o fluxo de caixa no ano de 2007 e que deve ser feita uma nova avaliação pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal. O Sr. Felipe propôs, em nome do Conselho Fiscal, que o Orçamento fosse tratado numa reunião extraordinária a fim de que a elaboração da proposta pudesse ser aprimorada. Após alguns questionamentos dos Conselheiros, o Sr. Frederico Ritter explicou que os dados do Orçamento foram feitos num modelo contábil por orientação do novo contador da Fundação Continuou comentando, que, o orçamento contábil não é um fluxo de caixa. O Sr. Frederico concorda com o encaminhamento do Conselho Fiscal para amadurecer as propostas, trazendo para o Conselho Deliberante propostas mais concretas. A Conselheira Maria Salete Ross questionou se haveria a possibilidade de haver corte de pessoal. O Sr. Afonso respondeu não estar sendo cogitada pela Diretoria, em hipótese nenhuma, o corte de pessoal, já que a Escola tem um quadro enxuto e qualificado. **O Sr. Afonso, então, encaminhou a proposta do Conselho Fiscal no sentido de convocar uma reunião extraordinária, tendo como pauta a Aprovação do Orçamento para 2007. Essa proposta foi aprovada por 22 votos a favor e 1 contra.** A Conselheira Sr<sup>a</sup> Bárbara Byns Ely pediu a palavra para noticiar que conseguiu diárias para a semana de Páscoa em Santa Catarina a fim de que seja feita uma ação entre amigos, visando a angariar verbas para a obra da Infantil. A Conselheira Maria Salete Ross informou que o Consulado Japonês conta com uma verba para doar às escolas, e disponibilizou o telefone do Sr. Kimura, 3334.1299, para maiores informações. O Sr. Afonso passou ao próximo ponto de pauta: **Discussão do Regimento Interno**, a partir do capítulo V – Da Diretoria de Educação. Após a leitura do artigo 25º e da sugestão de alteração, foi aprovada por aclamação a frase que segue: **“O Instituto é dirigido pelo(a) Diretor(a) Geral, que será escolhido(a) pelo Conselho Deliberante na forma em que este decidir, devendo, em qualquer hipótese, ser garantida a participação do corpo de professores da Escola”.** Em seguida, foi discutida a redação do artigo 26º. Foi aprovado por aclamação a alteração seguinte: **“O(A) Vice-Diretor(a) será escolhido preferencialmente em processo seletivo interno e apenas de forma sucessiva por processo seletivo externo, por comissão formada por 7 membros a serem designados pelo Conselho Deliberante.** O Conselheiro Álvaro Osório sugeriu que fosse elaborado um artigo remetendo às atribuições. Alguns Conselheiros foram contrários, pois as atribuições ficam estabelecidas no Regimento da Escola. Não tendo havido consenso ou proposta sobre a sugestão do Sr. Álvaro, foi debatido o texto do artigo 28º, tendo sido aprovada

por aclamação a sugestão de alteração que segue: **“O Conselho poderá solicitar ao Diretor(a) Geral do Instituto João XXIII a participação de profissionais da área pedagógica para subsidiar o debate de assuntos sobre os quais desejam deliberar”**. No artigo 29º foi aprovada a sugestão de alteração que segue: “O(A) Diretor(a) Geral deverá apresentar ao Conselho Deliberante, no primeiro trimestre de cada ano, seu planejamento anual”. Parágrafo Único: **do Regimento Interno:** Os resultados dos projetos deverão ser apresentados no final de cada ano. Como último item de pauta, a Diretora Anelori Lange apresentou o Calendário 2007 aos Conselheiros. A seguir, respondeu às perguntas sobre o Projeto Universidade, que oportuniza aulas aos sábados, com revisão de matéria e ajuda na escolha profissional. Comentou também que, desde o ano passado, o João XXIII tem turmas separadas para redação no 2º e 3º anos do Ensino Médio. O livro da UFRGS mostra que o Colégio João XXIII tem a média mais alta na prova de redação. O Conselheiro Sr. Roberto Goldberg comentou as chamadas na rádio Pop Rock durante a programação a partir de amanhã, 1º de dezembro. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Maria Tereza Coelho  
Vice-Diretora

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, o Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII reuniu-se na sala 907 do Colégio João XXIII para tratar da seguinte pauta: **Leitura das Atas 381 e 382; Apresentação e votação do Orçamento 2007; Conselho Fiscal – encaminhamento para escolha da empresa de auditoria externa.** O Presidente da Fundação, Sr. Afonso Sperb, iniciou a reunião lendo a ata de número 381, referente à reunião extraordinária de dezesseis de novembro de 2006, que foi aprovada por aclamação. O Sr. Afonso passou, então, à leitura da ata 382 da reunião Ordinária do dia trinta de novembro de 2006. No decorrer da leitura, o Sr. Afonso observou alguns Pontos que devem ser modificados, sugerindo alterações. Concluindo, ressaltou que a ata 382 não será aprovada nesta reunião, sendo retificada e enviada por e-mail, devendo ser lida na próxima reunião. O Sr. Afonso passou para o próximo ponto de pauta: **Apresentação e votação do Orçamento para 2007.** O Sr. Afonso iniciou comentando as três propostas de orçamento apresentadas pela Diretoria que estavam sendo distribuídas aos Conselheiros. A proposta de número 1 parte dos seguintes pressupostos: 820 alunos a partir de março/2007, 7% de reajuste de mensalidade, 3,2% de reajuste de folha de pagamento (já anunciado pelo Sindicato). Após algumas manifestações sobre o número de alunos, foi apresentada uma planilha comparativa de números do dia doze de dezembro de 2005 e do dia 12 de dezembro de 2006. A proposta 1 estimou, também, um reajuste de 4% referente a despesas, mostrando um cenário com aprovação do empréstimo do BRDE em março/2007, prevendo um valor de R\$ 380.000,00, com início do pagamento dos juros a partir de junho de 2007. O Sr. Afonso fez questão de ressaltar que esse orçamento é baseado na projeção de fluxo de caixa. Então, com esse cenário 1, chegamos a um saldo final do Prédio da Infantil de R\$ 17.000,00 positivo e saldo da Escola de R\$ 4.000,00 positivo, totalizando um saldo no final do ano de 2007 de R\$ 21.535,00 positivo. A proposta 2 parte dos mesmos pressupostos que a planilha 1, sendo que o empréstimo previsto vem do Banco Santander, e não do BRDE, no valor de R\$ 492.000,00. Ao ser questionado o porquê desse valor, o Sr. Afonso explicou que esse empréstimo é maior para podermos pagar os empréstimos já feitos no valor de R\$100.000,00 em ago/2006 e os R\$ 130.000,00 em dez/2006. Acrescentou que o montante será diluído em 36 vezes. O Sr. Afonso salientou que, nesse cenário 2, não está previsto o empréstimo do BRDE. Depois de um segundo questionamento referente ao valor de juros dos empréstimos já feitos, o Diretor Financeiro, Sr. Frederico Ritter, explicou que enquanto o primeiro empréstimo foi negociado a uma taxa de juros de 2.1% ao mês, o segundo foi tomado com uma taxa de 1,71% ao mês, pois a taxa da SELIC estaria baixando. Esse terceiro empréstimo a ser feito deverá ter a mesma taxa de 1,71%, existindo a possibilidade de a taxa ser mais baixa em fevereiro/2007. O pagamento em 48 vezes será definido no ato da negociação do empréstimo. Mesmo assim, a taxa do Santander (24%) continua maior que a do BRDE (12%). O Sr. Afonso, de posse, da palavra ressaltou que o empréstimo do Santander servirá para pagamento dos empréstimos contratados podendo ser parcelado, oportunizando-nos o reforço de caixa para terminar a obra. Os empréstimos objetivam o término rápido da obra. O Conselheiro Sr. Alvaro Osório perguntou, independente do cenário, qual o custo estimado do prédio. O Sr. Frederico respondeu que, sem a parte financeira, o preço estimado são os mesmos R\$ 410.000,00 aproximadamente. No cenário BRDE se farão as obras acessórias, como o porão, até para prorrogar a carência. Já no cenário Santander irá se minimizar o desembolso do que for efetivamente necessário para não se pagar juros na conta especial e juros de empréstimo. O Conselheiro Sr. Elói Dall’Agnol fez um parênteses relativo a uma questão já abordada anteriormente: a razão de o custo do Ensino Médio ser mais alto que o das demais escolas. Continuou, salientando que se tem feito tentativas de reduzir o valor, como no ano passado, quando o reajuste da mensalidade foi menor para os alunos do Ensino Médio. Porém, temos por volta de 1200 horas/ano para o Ensino Médio, temos muito mais disciplinas, ensino e qualidade, enquanto que as demais escolas possuem por volta de 870 horas/ano ou 800 horas/ano, que é o exigido pelo MEC. Então, temos um diferencial e, conseqüentemente, um custo maior. Portanto, precisamos ter muito cuidado nessa redução, pois, se o nosso Ensino Médio está custando muito, ele também precisa ter um bom retorno, e é necessário que saibamos vendê-lo para a comunidade. O Sr. Afonso, de posse novamente da palavra, referiu a dificuldade que a Escola tem em relação ao caixa no primeiro semestre, não só porque houve o pagamento de férias e obras de manutenção, mas especialmente em função da devolução das parcelas de matrícula nos meses de abril, maio e junho, totalizando um descaixe de R\$ 55.000,00 em cada mês. Para definição do orçamento, qualquer que seja a proposta orçamentária aprovada, encaminhou duas propostas para votação. **A primeira proposta, que recebeu 19 votos a**



**favor, foi a de devolução das reservas de vaga nos meses de agosto, setembro e outubro de 2007.** A segunda proposta, que recebeu 3 votos a favor, foi a de manter a devolução nos meses de abril, maio e junho/2007, com votação em março/2007, conforme valores em caixa. Houve 1 abstenção. Mantida essa proposta nos orçamentos apresentados, o Sr. Afonso continuou a reunião, salientando que os dois cenários apresentados nas propostas 1 e 2 são basicamente os mesmos, diferenciando-se apenas a parte da obra e do empréstimo. Os demais dados são iguais. Portanto, qualquer das propostas implica a aprovação de um reajuste nas mensalidades de 7% a partir de março. O Conselheiro Sr. Eduardo Friedrich propôs que, ao invés do cenário 2, fizéssemos uma chamada-extra em março/2007. O Sr. Afonso questionou o valor da referida chamada. A Fundação ainda estaria pagando os valores de empréstimo. Uma única chamada-extra em março não seria o suficiente. O Sr. Frederico salientou que cada R\$ 40,00 de chamada-extra resulta em R\$ 25.000,00 e, se trabalharmos com chamadas-extras, será necessário quase 10 chamadas-extras para alcançarmos R\$ 250.000,00, que seria o necessário se contássemos apenas com os alunos existentes até 2006, pois é complicado incluir os alunos novos de 2007. Essas chamadas seriam como um aumento de quase 10% sobre as mensalidades da 1ª à 4ª série, resultando num reajuste de 7% mais quase 10%, ou seja, quase 17% no ano inteiro. O pagamento de juros não é o mais adequado, mas não podemos banalizar a chamada-extra. O Sr. Frederico sugeriu, então, uma reunião em janeiro ou fevereiro de 2007 para verificar a necessidade e a conveniência de uma chamada-extra pontual. O Sr. Afonso lembrou que, em janeiro e fevereiro, quando estará sendo pago o salário dos meses mais 1/3 de férias, a obra estará parada por falta de dinheiro nesses meses. Ressaltou que, conforme explicação do Diretor de Patrimônio, Ênio Vivian, o empréstimo está financiando a obra, sendo diluído por todos os pais, sem que isso impacte durante o ano inteiro em R\$ 40,00 a mais na mensalidade além do reajuste de 7%. Logo após, **O Sr. Afonso se certificou sobre se poderia encaminhar a votação do orçamento, e encaminhou-a. A proposta dos cenários 1 e 2 foi aprovada por 20 votos a favor e 2 contra.** O Sr. Felipe Ritter, membro do Conselho Fiscal, pediu que fosse registrado em ata que o Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberante refere a taxa de juros de 1.71% até 1.85%. Caso a taxa seja maior que os valores aqui validados, deverá ser trazida para discussão em reunião. O Sr. Afonso passou ao segundo ponto de pauta: **Conselho Fiscal – encaminhamento para escolha da empresa de auditoria externa.** O Sr. Afonso explicou que o Estatuto prevê que, até o dia 31.03, deve ser apresentado o Balanço da Fundação, auditado por uma empresa de auditoria externa, cabendo ao Conselho Fiscal apresentá-la ao Conselho Deliberante. Devido ao pouco espaço de tempo, no ano passado, o Conselho Deliberante autorizou o Conselho Fiscal a escolher a empresa que melhor lhe parecesse apta para efetuar o balanço. **O Sr. Afonso encaminhou a proposta em que o Conselho Deliberante autoriza o Conselho Fiscal a escolher a empresa que fará a auditoria externa na Escola e sua apresentação ao Conselho. A proposta foi aprovada por unanimidade.** Sr. Frederico, de posse da palavra, apresentou propostas de captação de alunos de 5ª ao Ensino Médio. Salientou que a dificuldade de captação de alunos nessas turmas é uma questão de preço, entre outros motivos. A proposta seria de desconto na mensalidade por indicação de alunos nessas séries. Salientou que a Escola teve, em 2005/2006 uma captação de 10 alunos somente e, em 2004/2005 uma captação de 19 alunos. A saída nessas séries normalmente é maior que esses números, o que é compensado pelos números de captação da Infantil. A Conselheira Srª Liana Galant questionou a que se devem essas saídas. O Sr. Frederico citou três pontos: insatisfação pedagógica, o preço e o fato de os adolescentes se juntarem e saírem para outra escola. A Diretora Geral Srª Anelori Lange também salientou a questão repetência e a procura de novas vivências dos alunos de Ensino Médio. O Sr. Frederico falou de informações sobre descontos por indicação de alunos e, após debate, **foi encaminhada a proposta de 30% de desconto na mensalidade de março/2007 para quem indicar alunos novos e 30% na primeira mensalidade para o aluno novo, além de 10% para grupos de 3 alunos ou mais de outra escola, nas primeiras 6 mensalidades para alunos de 5ª série ao Ensino Médio.** O Sr. Frederico expôs a dificuldade de captação de alunos para o turno da manhã e salientou que, atualmente, a turma de 1ª série de Ensino Fundamental possui um desconto de 10%. Apresentou uma proposta em que as turmas de Maternal, Níveis Multiidade e 1ª Série do Ensino Fundamental receberiam descontos, que se estenderiam até a 4ª série do Ensino Fundamental para os matriculados a partir de 2007, fortalecendo, assim, as turmas da manhã. **Após longo tempo de discussão, o Sr. Afonso encaminhou duas propostas: A primeira disponibilizando um desconto de 10% para as turmas da manhã de Maternal, Multiidade e 1ª Série do Ensino Fundamental. A partir da 2ª série do E.F., esse desconto perderia a validade. Essa proposta recebeu 13 votos.** A segunda prevê que as turmas da manhã de Maternal, Multiidade e 1ª série receberão 10% de desconto em 2007, a 2ª série - 8% em 2008, a 3ª série – 6% em 2009 e a 4ª série -

4% em 2010. Essa proposta recebeu 6 votos, havendo 2 abstenções. **O Sr. Frederico, retomando a palavra, citou a necessidade de um ajuste nos pagamentos das mensalidades cujos descontos de irmãos e de fidelidade ficam disponibilizados até o dia 10 de cada mês. O pagamento efetuado após essa data perderá os descontos. Tal proposta foi aprovada por aclamação dos presentes.** O Sr. Afonso, de posse da palavra, deu por encerrada a reunião ordinária e comunicou aos presentes que, devido ao avançado da hora e à falta de quorum para a votação do Estatuto, a reunião extraordinária fica adiada para o início de 2007. Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião.

Afonso Mossry Sperb  
Presidente

Elizane Costa  
Secretária